

O Fórum Social Mundial e a cidadania: gênese e potencialidades de um movimento contra-hegemônico transnacional¹

*Joviles Vitório Trevisol**

Resumo

Este artigo analisa o Fórum Social Mundial, um evento que vem sendo realizado anualmente desde janeiro de 2001. Salienta que o FSM é a manifestação mais evidente dos dilemas e dos desafios que envolvem a cidadania no atual contexto de globalização econômica e de neoliberalismo. Interessado em analisar essa experiência de política cívica mundial na ótica da cidadania e sem reproduzir um discurso romantizado, idealista e apelativo, o presente artigo reconstrói o contexto socioeconômico e político mundial a partir e contra o qual o FSM emerge.

Palavras-chave: Fórum Social Mundial. Globalização. Cidadania. Sociedade civil global. ONGs.

Introdução

Entre 25 e 30 de janeiro de 2001 a cidade de Porto Alegre sediou o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), um encontro que reuniu cerca de vinte mil pessoas, oriundas de 122 países da África, América Latina, América do Norte, Europa e Oceania. No ano seguinte, o número de participantes triplicou, mobilizando cerca de 68 mil pessoas. Em 2005, na quinta edição do FSM, aproximadamente duzentas mil pessoas estiveram presentes. No último encontro, realizado em janeiro de 2007, a cidade de Nairobi (Quênia) acolheu cerca de sessenta mil participantes.

* Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pós-Doutor pelo Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra. Docente-pesquisador do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc – Joaçaba. E-mail: joviles.trevisol@unoesc.edu.br

A tabela abaixo oferece uma idéia bastante aproximada da evolução quantitativa do FSM ao longo de suas primeiras cinco edições.

Tabela 1 – Evolução do Fórum Social Mundial (2001-2005)

Itens	2001	2002	2003	2004	2005
Participantes registrados	4.702	12.274	27.000	74.126	155.000
Estimativa do total de participantes	20.000	68.000	100.000	111.000	200.000
Organizações registradas	500	5.000	N/a	1.653	6.872
Países representados	117	131	123	132	135
Jornalistas registrados	1.870	3.356	4.094	3.200	6.823
Voluntários	860	400	650	800	3.100
Intérpretes	51	N/a	N/a	180	533
Línguas oficiais	N/a	N/a	N/a	13	16
Estimativas de jovens acampados	2.000	16.000	26.000	5.000	35.000
Total de eventos	458	718	1.372	1.470	2.157

Fonte: GLASIUS, Marlies; TIMMS, Jill. The role of social forums in global civil society: radical beacon or strategic infrastructure? In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Helmut; ANHEIER, Helmut. *Global civil society 2005/6*. Londres: Sage, 2006. p. 200.

Diante de um movimento com essas características, magnitude e significado político, inúmeros aspectos são dignos de comentários e de análises mais acuradas. Este texto é uma modesta tentativa de compreender o FSM para além das manchetes publicadas nos jornais e reportagens televisivas; o que se pretende, fundamentalmente, é situar o contexto socioeconômico e político a partir do qual e contra o qual se instituiu o FSM e destacar algumas implicâncias políticas do evento, sobretudo para o campo da cidadania. Argumenta-se que o FSM é parte de um movimento transnacional composto por milhares de movimentos sociais e organizações da sociedade civil que vêm questionando e reagindo às contradições e impasses produzidos pela globalização econômica e pelo neoliberalismo. O FSM é uma reação crítica à política neoliberal de retração

dos direitos da cidadania e, ao posicionar-se desse modo, também emerge como uma grande arena na qual são discutidos os problemas cruciais que envolvem a humanidade neste início de século. É parte, portanto, de um movimento cidadão em escala planetária que percebe e denuncia as relações assimétricas de poder no mundo atual.

Resumidamente, este artigo se propõe a reconstruir sinteticamente a sociogênese do FSM enquanto parte de um movimento civil transnacional que vem acenando para a emergência de uma sociedade civil global; descrever o contexto sociopolítico e econômico a partir do qual e contra o qual o FSM se insurgiu e chamar a atenção para alguns dos principais significados políticos dessa iniciativa, especialmente para o campo da cidadania.

Os movimentos antiglobalização capitalista e a gênese do FSM

Embora seja uma experiência nova de organização de atores da sociedade civil em escala planetária, o FSM é parte de uma dinâmica mais ampla de articulação civil transnacional. Em sua base estão, sobretudo, as experiências e as redes que há cerca de duas décadas vêm se constituindo entre os movimentos sociais, as ONGs e inúmeras outras organizações da sociedade civil.

Especialmente a partir da segunda metade da década de 1980, cresceu vertiginosamente o número de organizações da sociedade civil em todo o mundo. Diversas pesquisas (KECK, SIKKINK, 1998, 1999; FINGER, PRINCEN, 1994; TREVISOL, 2000a; 2000b) têm mostrado que nas últimas duas décadas houve uma proliferação dessas entidades, a maioria delas militando em defesa de direitos e de causas públicas, especialmente o meio ambiente, a paz, o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, a diversidade cultural e os direitos das minorias.

O fenômeno ONGs, em particular, emerge no embalo do processo de democratização ocorrido na maior parte dos países da América Latina e do Leste europeu na década de 1980 e início da de 1990 e desenvolve-se de forma concomitante à expansão do

neoliberalismo, à crise do Estado-nação, à expansão das novas tecnologias da informação e à deliberada crise de regulação no sistema internacional. Apesar de as ONGs serem altamente polissêmicas e formarem um universo um tanto quanto caótico, foram os primeiros atores políticos a se darem conta da natureza global dos problemas e de quão fundamental é tratá-los também numa perspectiva global.

Ainda que as ONGs já viessem se organizando em forma de redes, fóruns, coalizões e, por meio delas, promovendo campanhas internacionais de *advocacy* em diferentes áreas, a primeira vez que as organizações da sociedade civil se encontraram – em maior densidade e peso político – para discutir os problemas locais e globais foi durante a ECO-92. Na conferência oficial, mais de quatro mil pessoas, representando cerca de 1 400 ONGs, foram autorizadas a participar. Um número considerável de países – Inglaterra, EUA, Canadá, Nova Zelândia, Austrália, Índia, França, Finlândia, Dinamarca, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça – incluiu ONGs em suas delegações (FINGER, 1994, p. 208). O Fórum Paralelo, organizado pelas ONGs e pelos movimentos sociais, atraiu 25 mil pessoas de 167 países (SPIRO, 1995, p. 49). Cerca de 2 500 entidades da sociedade civil estavam representadas. As quatrocentas reuniões oficiais organizadas, além de centenas de outros eventos, atraíram um público aproximado de quinhentas mil pessoas (LEIS, 1996, p. 57).

Em 1993, as ONGs voltaram a se encontrar em Viena, por ocasião da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos. Cerca de 248 ONGs participaram da conferência com *status* consultivo e outras 593 na condição de participantes. Aproximadamente 1 529 ONGs se fizeram presentes em Viena.

Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, as ONGs também estiveram presentes. Participação mais expressiva, no entanto, aconteceu durante a Conferência das Mulheres, realizada na cidade de Beijing em 1995. Cerca de três mil ONGs tiveram acesso à conferência e aproximadamente trinta mil pessoas participaram do Fórum Paralelo. As ONGs organizaram, ainda, cerca de 3 340 eventos paralelos (*workshops*, oficinas), uma média de 375 sessões por dia (CLARK; FRIEDMAN; HOCHSTELLER, 1998, p. 8-11).

Noutras conferências promovidas pela ONU, as ONGs também estiveram presentes. Todas, indistintamente, podem ser consideradas embriões do Fórum Social de Porto Alegre. As ONGs, no entanto, não são os únicos atores que estão na gênese do FSM. Com elas estão os movimentos sociais, os sindicatos e milhares de outras entidades da sociedade civil, com histórias e bandeiras de luta muito distintas. O FSM agrega esse universo dinâmico e multifacetado de atores, experiências e projetos. O FSM nasceu dessas redes e interfaces.

Outro conjunto de experiências importantes que deve ser lembrado como germe do FSM são as manifestações anticapitalistas que, desde 1996, vêm emergindo no mundo todo. A primeira manifestação foi organizada pelos zapatistas (Chiapas – México) em 1996, por ocasião do Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Depois de Chiapas, o movimento antiglobalização ampliou seu raio de ação.

Em 1997, a Global Trade Watch empreendeu uma campanha nos EUA contra a Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e na Europa foi realizada a Marcha Européia contra o Desemprego, com o apoio de sindicatos e organizações de direitos humanos (GOHN, 2002, p. 14).

Em fevereiro de 1998, 565 organizações civis de mais de setenta países, agrupadas em torno de uma coalizão chamada Fórum Internacional sobre Globalização, com sede nos EUA, publicaram um manifesto denunciando a secreta tentativa dos países da OCDE de aprovarem o chamado Acordo Multilateral de Investimento (AMI). Em negociação desde 1995, o AMI previa que os investidores estrangeiros “teriam o direito a uma compensação sempre que uma lei de proteção ambiental, social ou trabalhista, acarretasse ‘perda de patrimônio’ ou limitasse a possibilidade de obtenção de lucros, mesmo que futuros, o que seria considerado uma ‘expropriação indireta’” (VIEIRA, 1999, p. 212). Entre 21 e 28 de setem-

bro de 1998, as organizações da sociedade civil organizaram uma semana internacional de repúdio ao AMI, com atividades simultâneas em cidades da Europa, EUA e Canadá.

Ao alertar a opinião pública internacional sobre o Acordo Multilateral de Investimento, as ONGs conseguiram mobilizar outros atores na campanha contra a aprovação do AMI. O jornal francês *Le Monde Diplomatique* fez repercutir amplamente essas denúncias na França e na Europa como um todo. Em abril de 1998, a França decidiu suspender por seis meses as negociações e, em outubro, anunciou sua retirada definitiva. Aliada às diferentes pressões, essa significativa resistência abriu um clima de divergências no interior dos países membros da OCDE e destes com as empresas mais interessadas no referido tratado. Os impasses internos e as pressões externas impediram que o AMI fosse aprovado.

Em maio de 1998, durante o aniversário da OMC em Genebra, milhares de jovens saíram às ruas da cidade para protestar, e 117 pessoas foram presas. Por ocasião do encontro do G8, realizado de 18 a 20 de junho de 1999, na cidade de Colônia (Alemanha), cerca de oito mil pessoas formaram uma corrente humana em torno da cidade, pedindo o perdão da dívida externa dos países mais pobres.

Em Seattle (EUA), em dezembro de 1999, cerca de cinquenta mil manifestantes protestaram durante a III Reunião Ministerial da OMC. Apesar do toque de recolher e dos U\$ 6 milhões

de dólares que o prefeito da cidade de Seattle, Paul Schell, destinou para operações de segurança, as manifestações não puderam ser totalmente controladas. Houve choques com a polícia, que usou gás lacrimogêneo e balas de borracha para conter as manifestações. Mais de quinhentas pessoas foram presas (TREVISOL, 2000b, p. 63).

No ano de 2000 ocorreram diversos protestos antiglobalização em várias cidades importantes do mundo: Bancoc, Melbourne, Praga, Washington, Londres, Bolonha, Nice, etc. Em abril deste ano, durante a reunião do FMI em Washington, mais de 15 mil manifestantes protestaram contra a globalização econômica. Um mês depois, no dia 1^a de maio, cerca de quatro mil manifestantes reuniram-se no centro de Londres para protestar contra a nova ordem mundial. Em julho, na cidade de Bolonha, as manifestações tomaram conta da cidade durante o encontro da OCDE. Em setembro, na cidade de Praga (República Tcheca), 15 mil manifestantes protestaram durante o encontro do FMI e do Banco Mundial. As manifestações reuniram jovens de 54 países e tiveram um saldo de 150 feridos, novecentos presos e danos materiais avaliados em U\$ 250 mil (GOHN, 2002, p. 15).

Em Gotemburgo (Suécia), em junho de 2001, durante reunião para discutir a ampliação da União Européia, os conflitos foram violentos e geraram perdas no comércio avaliadas em U\$ 4 milhões. Ainda em junho, uma reunião do Bird que deveria ter ocorrido em Barcelona foi cancelada por falta de

segurança; no mês seguinte, em julho, se iniciaram em Salzburgo (Áustria), durante o Fórum Econômico Europeu. Entre 20 e 23 deste mesmo mês, durante a reunião de cúpula do G8, a cidade de Gênova (Itália) foi palco dos conflitos mais violentos desde 1998. O custo da Conferência de Gênova para o governo italiano foi orçado em U\$ 110 milhões. Oitocentos grupos antiglobalização estavam presentes, foram mobilizados 15 mil policiais, e cerca de cem mil pessoas, vindas de todo o mundo, estavam presentes (GOHN, 2002, p. 15). Em Davos (Suíça), durante a XXXI Reunião do Fórum Econômico Mundial, realizada de 25 a 30 de janeiro de 2001, os manifestantes queimaram carros e entraram em choque com a polícia na cidade de Zurique (ROSSI, 2001, p. A-10).

O Fórum Social Mundial é tributário dessas e de milhares de outras mobilizações e redes – tanto locais, quanto transnacionais – da sociedade civil não mencionada aqui. O FSM é parte desse universo multifacetado e dinâmico de atores e de iniciativas não estatais e não econômicas que operam em diferentes lugares e em prol de distintas causas. É parte, enfim, de um movimento político maior e podemos associá-lo à emergente sociedade civil global.

Contexto socioeconômico e político do FSM

Nos últimos anos cresceu expressivamente o número de manifestações públicas contrárias à globalização he-

gemônica. Apesar de todas expressarem seu repúdio às relações assimétricas de poder que hoje permeiam a economia global, é fundamental salientar que as razões que as motivam não são inteiramente as mesmas. O FSM de Porto Alegre tem sua especificidade e, por isso, é cabível uma análise também específica. O primeiro passo, indiscutivelmente fundamental, para entender o FSM para além de seus números e manchetes publicadas na internet, jornais e revistas é situar o contexto socioeconômico e político de fundo a partir do qual e contra o qual o FSM se insurgiu.

Para descrevê-lo nos seus contornos principais é necessário fazer um pequeno recuo histórico. É preciso lançar o olhar sobre a década de 1970 porque, segundo uma série de sociólogos e economistas (HARVEY, 1999; CASTELLS, 1999a; FURTADO, 1999; FIORI, 1997; ARRIGHI, 1996; KURZ, 1998; HIRST, THOMPSON, 1998), ao longo desta década ocorreu uma série de crises e de mudanças no campo da economia, da política e da tecnologia, cuja somatória e interdependência produziram uma descontinuidade e/ou uma inflexão histórica. Tais transformações criaram as condições para que o capitalismo passasse a ser, além de uma “economia mundo” (BRAUDEL, 1989), ou um “sistema mundo” (WALLERSTEIN, 1979), também um “sistema global” (CASTELLS, 1999a; FURTADO, 1999). Ainda que o capitalismo, como tão bem o descrevem Marx (1982), Braudel (1989) e Wallerstein (1985), sempre tenha buscado globa-

lizar-se, atingindo e transformando todos os países, continentes, culturas, lugares e os próprios indivíduos, nunca havia atingido uma dinâmica que pudesse ser considerada um sistema global. Hoje, as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercado), estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos – global, sobretudo, porque funciona em forma de rede e em tempo real (CASTELLS, 1999a; FURTADO, 1999).

Na década de 1970 e, em particular, após a grande crise do petróleo ocorrida em 1973, o capitalismo mergulhou em outra grande crise e, com ela, todo o sistema de regulação fordista-keynesiano foi abalado. A crise evidenciou a “incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” (HARVEY, 1999, p. 135). O Estado de orientação keynesiana no período pós-guerra (1945-1973), a despeito de haver resultado em crescimento econômico e sustentado inúmeros programas de cidadania social, revelou-se demasiadamente rígido para suportar as mudanças que estavam em curso na década de 1970. A forte deflação de 1973-1975 indicou, como salienta Harvey (1999, p. 137), “que as finanças do Estado estavam muito além dos recursos, criando uma profunda crise fiscal e de legitimação”.

Dessa crise emergiu uma nova arquitetura mundial, chamada de “acumulação flexível” (HARVEY, 1999, p. 140). A palavra de ordem para o setor produtivo, comercial, financeiro e de serviços passou a ser flexibilidade; para as políticas estatais, desregulamentação. Chegou ao fim a ordem econômica pactuada em Bretton Woods e começou a crise que acabou enterrando, nos países desenvolvidos, as políticas econômicas de corte keynesiano e as políticas de proteção social do *welfare state*. A regulação nacional-keynesiana foi gradativamente flexibilizada e substituída por orientações liberalizantes. E, à medida que isso foi acontecendo – especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, a partir da posse dos governos Thatcher (1979) e Reagan (1980) –, a internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista expandiu-se como jamais visto antes (OLIVEIRA, 1988).

A desregulamentação dos mercados, somada aos avanços tecnológicos, sobretudo no campo eletrônico-informacional, permitiu e estimulou a operação das grandes firmas multinacionais dentro de estruturas de oferta extremamente concentradas, mas com processos produtivos que se segmentaram. As grandes empresas transnacionais desintegraram-se espacialmente, gerando estruturas globais de produção e de oferta.

A política de desregulamentação dos mercados foi decisiva. Segundo Fiori (1995, p. 164), foi o fator individual

que mais contribuiu para a completa reorganização do sistema financeiro global. A formação de um mercado global de ações, de mercados futuros de mercadorias (e até de dívidas) globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e de moedas, ao lado da acelerada mobilidade geográfica de fundos, significou, pela primeira vez, a criação de um único mercado mundial de dinheiro e de crédito.

Nessa nova fase, o capitalismo “opera sob a égide do capital financeiro” (CHESNAIS, 1998, p. 26). O fluxo de notas foi substituído por transações eletrônicas durante 24 horas por dia, retomadas num mercado de capitais quando outro encerra seu expediente. De uma grande bolsa de valores para outra – Tóquio, Hong Kong, Cingapura, Londres, Frankfurt, Nova York, Toronto, etc. – os negócios em futuros transacionados em ienes, ou em ações da General Motors, são feitos ininterruptamente e criam um mercado unificado. Os fluxos diários de moedas estrangeiras somam bem mais de meio trilhão de dólares e superam em muito as importâncias empregadas na compra internacional de bens e de serviços ou em investimentos em fábricas no exterior. Na verdade, em fins da década de 1980, mais de 90% desses negócios em moedas estrangeiras não tinham relação com o comércio ou o investimento de capital (KENNEDY, 1993, p. 48).

Em segundos, cifras impressionantes de capitais migram de um país a outro, num verdadeiro sistema de ciranda financeira ou de economia cas-

sino (STRANGE, 1996), em busca de maior segurança e lucratividade. Esse capital “sem pátria” é disputado pela maioria dos governos por inúmeras razões, sobretudo porque a chegada ou a saída têm impactos reais sobre o funcionamento das economias nacionais e, não menos verdadeiro, sobre o futuro econômico e político dos próprios países. Um ataque especulativo à moeda nacional leva o país à bancarrota. Como muitos analistas têm enfatizado (BAUMAN, 1999; KURZ, 1999; BECK, 1998; FIORI, 1997), está ocorrendo uma divisão entre Estado e economia. O capital move-se mais rápido, o bastante para se manter um passo adiante de qualquer Estado que possa tentar conter e redirecionar suas viagens. As empresas e o capital migram de um lugar para outro e, por isso, muitas das alavancas da política econômica nacional não mais funcionam. Por todo o mundo, milhares de investidores individuais, companhias e bancos especulam em moedas, muitos deles automaticamente, seguindo indicadores gerados pelos computadores, que revelam se o dólar está aumentando ou diminuindo de valor em relação às outras moedas. O medo de afugentar os investidores leva os governos, na maioria dos casos, a evitar medidas restritivas.

A classe capitalista global, composta especialmente pelas empresas transnacionais, bancos, redes de comunicação, fundos, é o principal ator e o que mais ganha com o funcionamento do capitalismo financeiro global. Os conglomerados e as empresas trans-

nacionais são as forças mais ativas e poderosas no processo de globalização, dominando e controlando a maior parte da produção, do comércio, da tecnologia e das finanças internacionais.

As corporações transnacionais são as únicas entidades no mundo que têm pensamento estratégico e capacidade de planejamento, sabem muito bem o que está acontecendo a seu redor e são capazes de avaliar do que necessitam para sobreviver nos próximos cinquenta anos. Como afirma Muzzio (1999, p. 156), “não há nenhum governo no mundo que tenha condições de elaborar seu pensamento estratégico e seu planejamento por tanto tempo”. Os ciclos políticos são curtos demais para isso. Os políticos, em geral, vivem no horizonte do dia-a-dia. As dez maiores corporações mundiais – Mitsubishi, Mitsui, Itochu, Sumimoto, General Motors, Marubeni, Ford, Exxon, Nissho e Shell – faturam 1,4 trilhão de dólares, o que equivale ao PIB conjunto do Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela. Metade dos prédios desses grupos e mais da metade dos seus funcionários estão em unidades fora do país de origem; 61% do seu faturamento é obtido em operações no estrangeiro. A abertura das economias transformou as multinacionais em empresas apátridas: 57% de seus empregados trabalham no exterior. As empresas transnacionais, que já chegam a quarenta mil, têm 250 mil filiais espalhadas pelo mundo, faturando mais de 5,2 trilhões de dólares (VIEIRA, 1999, p. 91).

O crescimento do poder das corporações transnacionais vem criando um enorme desequilíbrio nas forças que operam na política nacional e, sobretudo, na internacional. A proeminência e o papel dos Estados nacionais mudaram visivelmente desde a era keynesiana. Hoje os Estados-nação são menos autônomos; não têm controle exclusivo sobre os processos econômicos e sociais dentro de seus territórios e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural (HIRST; THOMPSON, 1998). Os Estados-nação são questionados tanto em sua soberania externa quanto em seu desempenho doméstico; são obrigados a se adequar progressivamente a essa dinâmica e, por meio de novas regulações e papéis, a equilibrar os diferentes interesses e vetores (SERBIN, 1996; HABERMAS, 1995).

Hoje os capitais têm o poder de colocar em crise ou de destruir boa parte das economias nacionais. A economia global está sendo isentada do controle político (BAUMAN, 1999). Está havendo, na realidade, uma crescente desvinculação entre economia e política. Foram abertas, segundo Harvey (1999), arenas de conflito entre o Estado-nação e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo, tão típica da era fordista. Os laços entre a esfera estatal e a reprodução capitalista, embora não tenham desaparecido, diminuíram sensivelmente. O capital não é mais produzido essencialmente a partir da massa nacional

de mais-valia (gerada pela economia interna das nações), mas, antes, pela distribuição da mais-valia mundial em retração por meio de estruturas globais de perdas e ganhos, apenas indiretamente vinculadas às velhas economias nacionais.

Os atores do mercado global emanciparam-se, em grande medida, dos contextos nacionais, das restrições políticas estatais e das responsabilidades sociais. Os Estados nacionais permanecem presos ao território, dispondo de cada vez menos recursos e com a tarefa de responder às demandas por cidadania que não param de crescer. É-lhes cobrado desempenho doméstico e, quando isso não ocorre, a descrença nas instituições políticas e na democracia tende a aumentar, gerando uma crise de legitimidade política.

No plano internacional, a fragilidade estatal resulta num vácuo de regulação política e social. Está em curso um processo de “desmonumentalização do Estado” (SOUSA SANTOS, 1995, p. 146) e nenhuma outra instância está sendo capaz de suprir esse vazio, nem mesmo a ONU. Enquanto isso, os atores do capitalismo global, por meio da OMC, constroem o seu próprio sistema de regulação econômica e que, na ausência de outro, arroga-se ser, também, a única regulação social e política possível. Sem dispensar a funcionalidade institucional do Estado, o capital está construindo seu suporte institucional transnacional. Essa é, como conclui Sousa Santos (1995, p. 146), “a miragem essencial do neoliberalismo”.

Os dilemas da cidadania e o FSM

A adoção das políticas neoliberais foi mudando não apenas o modo do Estado relacionar-se com os atores econômicos, mas também mudou – e profundamente – sua relação com a sociedade e com os direitos de cidadania (PAOLI, 1999). Como já salientamos, os pioneiros dessas mudanças foram a Inglaterra e os Estados Unidos. Diante da crise do Estado fordista-keynesiano – conhecido também como Estado do bem-estar social ou *welfare states* – a Inglaterra de Thatcher fez opção pelas privatizações, redução de direitos trabalhistas, cortes nos gastos sociais e enxugamento da máquina estatal. Os EUA e alguns países da Europa também implantaram essa agenda na década de 1980. A maior penetração do neoliberalismo, no entanto, deu-se nos países subdesenvolvidos, especialmente nos latino-americanos. Nestes, o FMI e o Banco Mundial ocuparam-se em oferecer a cartilha, o chamado “Consenso de Washington”. Embora a agenda neoliberal tenha sido implementada de maneira e em ritmo distinto nos diferentes países, o que há de comum em todos esses processos é a deliberada tentativa de dar uma nova configuração ao Estado, mais ajustado do ponto de vista fiscal, mais flexível para com o capital financeiro e mais retraído quanto aos gastos sociais. Tais políticas visam, acima de tudo, reduzir a vocação social do Estado e repassar aos indivíduos o suprimento

de suas necessidades individuais e sociais.

Analisado do ponto de vista da cidadania e tomando os países da América Latina como universo de análise, o neoliberalismo tem contribuído decisivamente para que os direitos de cidadania sofram uma enorme retração (PAOLI, 1999; OLIVEIRA, 1999). A erosão crescente desses direitos desconstrói o estatuto da cidadania e converte o cidadão em lumpencidadão (SANTOS, 1999). Especialmente nos países subdesenvolvidos, em que a participação do Estado foi e continua sendo decisiva na promoção do desenvolvimento econômico e, sobretudo, social – através da garantia dos direitos sociais básicos –, a redução de investimentos públicos em educação, saúde, habitação, geração de empregos, etc. tende a manter e a aumentar os níveis de pobreza e de exclusão social, características, a bem da verdade, históricas desses países. Uma parte expressiva da população – e por que não dizer da humanidade – passou a ficar sem qualquer assistência governamental e sem qualquer perspectiva de ser inserida no mercado de trabalho.

Segundo Forrester (1997), o neoliberalismo foi tão radicalmente revolucionário que produziu um quadro inteiramente novo na história da humanidade: o trabalho humano foi dispensado e massas de trabalhadores tornaram-se desempregados sob o argumento de serem “inúteis”. A associação entre neoliberalismo e globalização econômica elevou ainda mais a

concentração de riquezas nos países da tríade (Europa, Japão e EUA) e novamente afastou a possibilidade de os países subdesenvolvidos saírem da pobreza e da miséria.

O processo de reestruturação econômica fez aumentar a fome e levou ao empobrecimento de grande parte da população mundial. Enquanto a economia opera praticamente livre de controles políticos, os governos nacionais vêem-se obrigados a fomentar a modernização de suas economias. Uma consequência imediata desse ajuste é a adaptação dos sistemas nacionais de bem-estar social à competitividade internacional. Os governos são compelidos a permitir que as fontes de solidariedade social mínguem ainda mais. Como consequência, crescem os grupos que vivem na condição de marginalizados, ou, como diz Habermas (1998, p. 184), “quienes ya no pueden cambiar su situación por sus propias fuerzas han caído fuera del contexto de la solidaridad ciudadana” e ficam abandonados à própria sorte.

A tomar pela análise sugerida acima sobre as contradições provocadas pela globalização econômica e pelo neoliberalismo, é inegável que a cidadania encontra-se numa situação dilemática. Apesar dos grandes avanços, especialmente no que diz respeito aos direitos civis e políticos, é evidente o processo de solapamento dos direitos econômicos e sociais em todo o mundo, sobretudo nos países pobres. Há um crescimento estrutural da exclusão social. Estamos diante, como sugere Boaventura de Sousa Santos (1999,

p. 103), da “emergência do fascismo societal”. Ao contrário do fascismo da década de 1930, de natureza política, esse é um regime social e civilizacional:

Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo, promove a democracia até o ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu (SANTOS, 1999, p. 103).

A maciça adoção de políticas públicas de corte neoliberal vem retirando do Estado-nação seu poder de regulação e, do ponto de vista da cidadania, isso tem provocado a desconstrução da própria idéia de cidadania. A noção de direitos vem cedendo espaço para a de cliente e a de consumidor; ao invés de cidadãos, os indivíduos passam a ser tratados como consumidores.

Os dilemas da cidadania descritos, embora sejam reais, não podem levar-nos a crer que a atual retração dos direitos é algo inteiramente novo. Discordando da descrição linear e evolutiva da história da cidadania moderna sugerida por T. H. Marshall em *Cidadania, classe social e status* (1967), a cidadania sempre esteve envolta pelo movimento dialético marcado pelos avanços e pelos retrocessos. O que está ocorrendo hoje é, sem nenhuma dúvida, uma transformação profunda na tessitura das sociedades e do poder político em escala planetária. Com a emergência da sociedade global, o poder também está mudando de lugar,

não tem residência fixa e é exercido em forma de rede.

Em virtude desse deslocamento do poder, tanto a imaginação quanto a luta política dos atores pró-cidadania precisam ampliar-se. A compressão do tempo e do espaço – fenômeno, aliás, típico da era da globalização – atinge frontalmente a política e a cidadania, obrigando-as a se reinventarem sobre novas bases. Em virtude dessa necessidade histórica e filosófica, é cada vez mais necessário pensar e agir de forma simultaneamente local e global. A cidadania não pode mais delimitar-se geopoliticamente a partir do Estado-nação ou do espaço nacional-estatal. A ação política deve acompanhar o ritmo da globalização das redes e dos sistemas auto-regulados. Como sugere Habermas (1995, p. 100):

O Estado-nação não pode mais fornecer a estrutura apropriada para a manutenção da cidadania democrática no futuro previsível. O que parece ser necessário é o desenvolvimento de capacidades para a ação política num nível acima dos e entre os Estados-nação.

Os Estados nacionais perderam o monopólio da soberania; são menos autônomos; têm menos controle sobre os processos econômicos e sociais dentro de seus territórios e são menos capazes de manter a singularidade nacional e a homogeneidade cultural. Os governos são obrigados a compartilhar sua soberania e dividir o exercício da governança global com uma série de instituições e atores (políticos, econômicos, civis, religiosos...) que operam na esfera transnacional. Os

governos são questionados tanto em sua soberania externa quanto em seu desempenho doméstico; são obrigados a se adequar progressivamente a essa dinâmica e, por meio de novas regulações e papéis, equilibrar os diferentes interesses e vetores.

Sem entrar no mérito de se essas mudanças são positivas ou negativas, o fato é que os Estados perderam a exclusividade da política e do poder decisório. Hoje o poder está mais desterritorializado e disperso. Embora o Estado-nação continue sendo o principal ator da política internacional e a única instituição política legítima e capaz de processar as demandas por direitos de cidadania, é preciso observar que inúmeras questões (crise ecológica, crime organizado, direitos humanos, violência...) estão fugindo da alçada dos governos e requerem uma regulação supra-estatal. Por essas razões, é cada vez mais urgente a criação de instâncias decisórias transnacionais capazes de responder a essas diferentes questões e de processar os *inputs* que reclamam por direitos. Faz cada vez mais sentido falar em cidadania planetária e em democracia cosmopolita.

O FSM emerge nesse contexto e procura dar respostas a ele; reclama a ausência de cidadania nos espaços local e global; denuncia os atores nacionais e internacionais que, por conta de suas decisões, negam os direitos de cidadania para bilhões de pessoas; mobiliza a imaginação e a vontade política dos cidadãos para que construam espaços de luta política local e trans-

nacional; aproxima atores da sociedade civil e suas distintas agendas para que, ao perceberem suas semelhanças e diferenças, identifiquem também os espaços e os modos mais apropriados de mobilização e luta. Enfim, o FSM reconhece e denuncia os déficits de cidadania em escala planetária e reforça a idéia de que as lutas por cidadania não devem ter fronteiras geográficas ou culturais. A cidadania local e a mundial devem formar um *continuum* de complementariedade e interdependência.

O FSM expõe as contradições da dinâmica global e rompe com a ideologia do pensamento único e com a propalada visão de que não há alternativa a não ser aquela proposta pela agenda neoliberal. Trata-se de uma luta, como diz Noam Chomsky (2000, p. 3), cujo objetivo é enfraquecer as concentrações ilegítimas de poder e estender os domínios da justiça e da liberdade.

Abstract

The World Social Forum and citizenship: genesis and potentialities of a transnational counter-hegemonic movement

This article describes and analyzes the World Social Forum (FSM), an event which took place since January of 2001. It may be emphasized that the FSM is the most evident manifestation of dilemmas and challenges which evolve citizenship in the current context of economic globalization and

neoliberalism. Interested in analyzing this world political and civic experience on the citizenship context and without reproducing a romanticized, idealistic speech, this article rebuilds a world political and socio-economic context through and against the FSM emerges.

Key words: World Social Forum. Globalization. Citizenship. Global civil society. NGOs.

Nota

- ¹ Uma primeira versão deste texto foi apresentada em julho de 2006, no Seminário Citizenship(s): International Congress on Discourses and Practices, realizado na Universidade Fernando Pessoa, Porto - Portugal.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Unesp/Contraponto, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BECK, Ulrich. *Qué és la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización*. Barcelona: Paidós, 1998.
- KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders. Advocacy networks in international politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- _____. Transnational advocacy networks in international and regional politics. *International Social Science Journal*, Social and culture aspects of regional integration, Blackwell Publishers/Unesco, n. 159, Mar. 1999.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. 3. ed. Lisboa: Teorema, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.
- CHESNAIS, François. A fisionomia das crises no regime de acumulação sob dominância financeira. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 52, 1998.
- CLARK, Ann; FRIEDMAN, Elisabeth; HOCHSTETLER, Kathryn. The sovereign limits of global civil society. A comparison of NGO participation in world conferences on the environment, human rights and women. World Politics. *A Quarterly Journal of International Relations*, John Hopkins University Press, v. 51, n. 1, 1998.
- CHOMSKY, Noam. Por que o Fórum Social Mundial? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 set. 2000. Caderno a, p. 3.
- FALK, Richard. The making of global citizenship. In: BRECHER, Jeremy; BROWN, John; CLUTER, Jill (Ed.). *Global visions: beyond the new world order*. Boston: South end Press, 1993.
- _____. The world order between inter-state law and the law of humanity: the role of civil society institutions. In: ARCHIBUGI, D.; HELD, D. (Ed.). *Cosmopolitan democracy. An agenda for a new world order*. Cambridge: Polity Press, 1995.
- FINGER, Mathias. Environmental NGOs in the unced process. In: PRINCEN, Thomas; FINGER, Mathias. *Environmental NGOs in world politics*. London: Routledge, 1994a.
- _____. NGOs and transformation beyond social movements theory. In: PRINCEN, Thomas; FINGER, Mathias. *Environmental NGOs in world politics*. London: Routledge, 1994b.
- FIORI, José Luis. A governabilidade democrática na nova ordem econômica. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, 1995.

_____. *Os moedeiros falsos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 1997.

GLASIUS, Marlies; TIMMS, Jill. The role of social forums in global civil society: radical beacon or strategic infrastructure? In: GLASIUS, Marlies; KALDOR, Helmut; ANHEIER, Helmut. *Global civil society 2005/6*. Londres: Sage Publications, 2006.

GIDDENS, Anthony. *A terceira via*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOHN, Maria da Glória. De Seattle a Gênova. Uma radiografia dos movimentos anti-globalização. *Jornal Folha de S. Paulo*, 27 jan. 2002, p. 14-15. Caderno Mais.

HABERMAS, Jürgen. O Estado-nação europeu e os desafios da globalização. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 43, 1995.

_____. *Más allá del Estado nacional*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HELD, David. A democracia, o Estado-nação e o sistema global. *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, 1991.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEIS, Héctor. *O labirinto*: ensaios sobre ambientalismo e globalização. São Paulo: Gaia/Furb, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. *Manifesto do Partido Comunista*. Tomo I. Lisboa: Edições Avante, 1982. (Obras escolhidas).

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MUZZIO, A. A globalização como estágio de perfeição do paradigma moderno: uma estratégia possível para sobreviver à coerência do processo. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Nedic/Fapesp/Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Nedic/Fapesp/Vozes, 1999.

PAOLI, Maria Célia. Introdução. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Nedic/Fapesp/Vozes, 1999.

ROSSI, Clóvis. ONGs roubam a cena em Davos 2001. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 jan. 2001. Caderno A, p. 10.

SERBIN, Andrés. Globalización y sociedad civil en los procesos de integración. *Nueva Sociedad*, Caracas, n. 147, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (Org.). *Os sentidos da democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Nedic/Fapesp/Vozes, 1999.

_____. *O Fórum Social Mundial*. Manual de uso. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

STRANGE, Susan. *The retreat of the states: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SPIRO, Peter. New global communities: nongovernmental organizations in international decision-making institutions. *The Washington Quarterly*, Washington, v. 18, n. 1, 1995.

TREVISOL, Joviles. *Tecendo a sociedade civil global e ampliando a esfera pública: a articulação dos atores civis ante o Projeto Hidrovia Paraguai-Paraná*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000a.

_____. As dimensões da emergente sociedade civil global. In: ZIMMERMANN, Roque (Org.). *Fé, política e educação*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000b.

VIEIRA, Liszt. *Globalização e cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

_____. *Os argonautas da cidadania*. A sociedade civil no espaço global. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Rio de Janeiro, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The capitalist world-economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

_____. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.